

MAUS TRATOS E RENDIMENTO ACADÉMICO NUM MEIO SOCIOECONÓMICO DESFAVORECIDO

MARIA DO CÉU AZEVEDO¹
ÂNGELA DA COSTA MAIA²

RESUMO

O reconhecimento de que a ocorrência de maus tratos da infância não é rara e que o seu impacto é significativo quer durante a própria infância, quer ao longo da vida, tem estimulado um conjunto de investigações que procura avaliar os factores de risco para esta problemática e os efeitos que tem nas suas vítimas. Neste artigo é apresentado um estudo sobre a relação entre maus tratos e aproveitamento escolar, realizado num meio socio-económico desfavorecido. Os resultados indicam que a prevalência de maltrato é elevada e que as crianças que relatam cuidados menos adequados são aquelas que têm pior rendimento escolar.

INTRODUÇÃO

As três últimas décadas foram marcadas por um crescente de investigação sobre os maus tratos à criança. Os vários estudos realizados permitiram um avanço significativo na compreensão da prevalência e impacto desta problemática mas, apesar dos progressos alcançados, muito autores consideram que há ainda um longo percurso a percorrer, uma vez que subsistem muitas questões em aberto. Com efeito há factores que poderão explicar as dificuldades encontradas no avanço do estudo deste tema, entre os quais se

¹ Maria do Céu Azevedo é Licenciada em Ciências da Educação e Mestre em Educação para a Saúde pela Universidade do Minho e pós-graduação em necessidades educativas especiais pela Universidade Lusíada.

² Angela da Costa Maia é licenciada e Doutorada em Psicologia e Professora Auxiliar do Departamento de Psicologia da Universidade do Minho.

destaca o facto de se tratar de um problema complexo e multifacetado, que acontece na intimidade de cada família, o que arrasta consigo dificuldades metodológicas no que se refere ao seu acesso.

Ainda que a definição de maltrato seja, segundo alguns autores, uma questão académica, uma vez que diferentes tipos de maus tratos tendem a co-ocorrer e, por exemplo, é difícil diferenciar maltrato físico de maltrato psicológico uma vez que cada um deles tem impacto no outro nível, a verdade é que tem havido um esforço para operacionalizar os conceitos de modo a permitir a identificação da sua ocorrência (cf. Figueiredo, 1998).

O maltrato físico é o tipo de maltrato mais conhecido porque é o mais visível: as lesões são frequentemente observáveis, e são detectadas muitas vezes nas urgências hospitalares. Este tipo de maltrato refere-se a todas as agressões físicas feitas à criança por parte dos cuidadores, que possam colocar em perigo o desenvolvimento físico, social ou emocional da criança. Estas lesões físicas podem ser produzidas com ou sem objectos, e exemplos de comportamentos fisicamente abusivos incluem a agressão física, castigos corporais, queimaduras, envenenamentos, asfixias ou afogamentos, golpes efectuados com objectos, pontapés, empurrar, atirar objectos, esbofetear, morder ou sujeitar as crianças a trabalhos pesados e inadequados à sua idade. Estas acções podem dar origem a lesões superficiais ou profundas e podem ser fatais. Os hematomas, feridas, fracturas, deslocações, etc. são visíveis, mas as lesões internas como lesões cerebrais, traumatismos ou lesões abdominais podem ser encobertas. Há autores que defendem que é o tipo de abuso mais frequente, mas provavelmente é apenas o mais visível.

O maltrato psicológico é um tipo de maltrato bastante frequente, mas mais difícil de detectar. Há abuso psicológico quando a criança é agredida através de palavras ou atitudes que a humilham, a denigrem ou a ameçam, ou por um ambiente relacional caracterizado por gestos inconsistentes que comunicam confusão ou isolamento. A rejeição, o aterrorizar, o isolamento e o ignorar são formas de abuso emocional, mas alguns autores referem-se à superprotecção como uma forma mais camuflada de maltrato infantil, que torna as crianças muito dependentes e inseguras, pouco autónomas e pouco responsáveis, porque os pais decidem quase tudo

por elas. Assistir a violência doméstica ou outras formas de violência é uma das experiências mais perturbadoras do ponto de vista emocional.

O Abuso sexual tem vindo a ser alvo de grande espaço nos meios de comunicação social portugueses devido à denúncia de alguns casos. A definição de abuso sexual infantil refere-se a contactos entre uma criança e um adulto ou alguém mais velho pelo menos 5 anos (pode ocorrer entre menores) através dos quais a criança é utilizada como objecto gratificante para as necessidades e desejos da pessoa mais velha. O abuso pode ter diversas formas: chamadas telefónicas obscenas, ameaça ao pudor, exibicionismo, toque nos órgãos sexuais, penetração, prostituição. Deste modo os comportamentos abusivos podem implicar ou não contacto físico, pode haver contacto físico sexual com ou sem penetração, toques intencionais em determinadas partes do corpo, exibição de fotografias ou filmes de carácter sexual, utilização de objectos para excitação, masturbação na presença da criança, exibição dos órgãos sexuais à criança, sedução verbal, etc. A investigação mostra que em mais de 80 % dos casos os autores destes abusos são conhecidos pela criança e em mais de 70% dos casos são membros da sua família.

A Negligência refere-se a situações em que as necessidades físicas básicas do menor (alimentação, vestuário, higiene, protecção e vigilância em situações potencialmente perigosas, educação e/ou cuidados médicos) não são atendidas ocasional ou permanentemente por nenhum membro do grupo que convive com a criança. A negligência insere-se no maltrato passivo, ou seja, os adultos falham por omissão aos cuidados de que uma criança precisa para crescer saudável. Ainda que algumas consequências, como a falta de higiene ou o vestuário inadequado, possam ser visíveis, a negligência é um fenómeno silencioso e fácil de negar, uma vez que diz respeito a gestos não realizados e uma falta de acção marcada pela indiferença. Há autores que consideram ser este o tipo de maltrato mais frequente e, simultaneamente, um dos mais graves.

Enfim, os maus tratos à criança são um fenómeno complexo, podendo manifestar-se das formas mais variadas e cruéis, revestindo-se de maior ou menor visibilidade social, mas que raramente ocorrem isolados. De facto na maioria dos casos as crianças são vítimas de mais de um tipo de maltrato e, para além disso, por exemplo, os

maus tratos físicos e sexuais têm consequências emocionais e os maus tratos psicológicos têm consequências físicas.

Poucas pessoas têm consciência que uma das principais causas de morte na infância nos países ocidentais é o maltrato físico e a negligência que ocorre dentro das famílias. Por exemplo, nos Estados Unidos, o maltrato é responsável por 76% das mortes até aos 6 anos, e 77% dos responsáveis por essas mortes são os pais (Pollak, Cicchetti & Klorman, 1998). Em França e Inglaterra há cerca de 30 000 casos novos registados todos os anos, e em Portugal há cerca de 15000 crianças institucionalizadas, a maioria devido ao facto de os pais não oferecerem as condições adequadas ao seu desenvolvimento. Estes números são assustadores, mas sabe-se que muitas crianças são maltratadas no segredo dos seus lares e muitos destes casos só são relatados na idade adulta. De facto quando se questiona os adultos acerca da sua história, cerca de 20% das mulheres relata situações de abuso sexual, e o abuso físico, psicológico e negligência são ainda mais frequentes.

O maltrato arrasta consigo, a curto, médio ou longo prazo, situações de sofrimento físico, psíquico e emocional, com sérias repercussões, que se tornam incompatíveis com o bem-estar e qualidade de vida implícitos a uma existência saudável. Várias investigações têm vindo a demonstrar que as crianças maltratadas, comparativamente com as não maltratadas, apresentam maiores perturbações nas funções pessoais e sociais, mais altos níveis de sintomas comportamentais e piores resultados escolares (cf Azevedo & Maia, 2005). A maioria dos estudos têm ainda demonstrado que a negligência é o tipo de maltrato que mais afecta o aproveitamento escolar. A investigação mostra ainda que entre as pessoas adultas com doenças psiquiátricas a história de adversidade na infância é elevadíssima e que quanto pior a história piores os sintomas físicos e psicológicos (e.g. Edwards, Holden, Felitti & Anda, 2003).

Factores culturais, económicos, sociais, familiares e individuais podem influenciar a ocorrência do maltrato infantil. De acordo com os modelos sociológico e ecossistémico, os factores socioeconómicos e culturais poderão contribuir para a produção do maltrato infantil intra-familiar. Segundo estes modelos, as condições económicas e sociais podem provocar níveis de “stress” que poderão estar na

origem de situações de maltrato e negligência, uma vez que determinadas condições de vida das famílias podem interferir na qualidade da relação que se estabelece entre pais e filhos. Sabe-se que os maus tratos não se restringem às famílias mais desfavorecidas social e economicamente. Porém, sabe-se também que determinadas condições de vida de muitas famílias, como situações de pobreza, desemprego, insegurança no emprego, entre outras, as torna mais vulneráveis, o que constitui um perigo acrescido uma vez que tais situações lhes provocam elevados níveis de “stress” que funcionam como factores de risco para a ocorrência do maltrato às crianças.

As diferentes formas de maltrato são situações que, pela sua gravidade, exigem o esforço, empenho e contributo imediato de todos, no sentido de minimizar o sofrimento das vítimas assim como diminuir o número das mesmas. Mas antes de pensar ou planear intervenção é importante ter informação sobre a extensão do problema e a forma como os cuidados prestados à criança afectam a sua adaptação. O estudo que realizamos procurou responder a estes objectivos ao pretender analisar a prevalência de crianças maltratadas e a sua relação com o rendimento escolar, numa população com características socioeconómicas desfavorecidas.

ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTUDO

Este estudo foi realizado numa escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico do norte de Portugal. Trata-se de uma escola que está integrada no projecto TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária), a funcionar no sistema de Autonomia e Gestão de Escolas, em regime de Agrupamento Vertical e localizada num meio sub-urbano com graves problemas socioeconómicos. Destes destacam-se a existência de famílias com fracos recursos económicos; habitações degradadas (barracas); problemas de subalimentação; problemas de saúde; alcoolismo; prostituição; droga; roubo; famílias monoparentais; dificuldades de integração social (minorias étnicas) e existência de chefes de família em situação de emigração contratual.

METODOLOGIA

Sujeitos

Participaram neste estudo 112 crianças, que correspondem a 87% da população escolar da escola seleccionada³. Têm idades compreendidas entre o 6 e os 13 anos ($M = 8,12$; $dp = 1,62$), sendo 56 do sexo masculino e 56 do sexo feminino, distribuídos pelos quatro anos de escolaridade do 1.º ciclo do ensino básico. A amostra é formada por 86 crianças brancas (76.7%), 5 mestiças (4.4%) e 21 crianças da etnia cigana (18.7%), sendo este último grupo superior à média encontrada na população portuguesa.

Instrumentos e critérios de avaliação

Tendo em conta a natureza do objecto de estudo, consideramos que as crianças constituiriam a melhor fonte de informação sobre as práticas educativas e o maltrato, uma vez que se trata de algo que se relaciona com a sua própria vivência. Tendo, porém, também neste âmbito, consciência das limitações relacionadas com a própria interpretação e “leitura”, efectuada pelas crianças sobre alguns dos tipos de maltrato de que poderão ser vítimas, decidimos complementar a informação recolhida com informação fornecida pelas professoras. Na verdade, as crianças negligenciadas a nível dos cuidados físicos como higiene do corpo e vestuário, por exemplo, podem ter dificuldade em reconhecer-se como vítimas dessa situação uma vez que as suas experiências de falta de cuidado podem ser percebidas como normais. Por sua vez, a negligência constituirá o tipo de maltrato mais facilmente detectável pelos profissionais que acompanham de perto as crianças, como é o caso dos seus professores, enquanto que outros tipos de maltrato poderão ser mais difíceis de ser conhecidos por estes.

Deste modo, para analisar a existência ou não de maltrato infantil, foi elaborado um questionário destinado às crianças designado por “Interacções entre as crianças e as suas famílias” e uma “Ficha de avaliação sobre os cuidados básicos prestados pelos pais”, destinada a ser preenchida pelas professoras.

³ As crianças que responderam ao pré-teste e as que faltaram à escola no momento de aplicação do questionário não foram integradas nesta amostra.

Para obter informação acerca das categorias profissionais dos pais das crianças recorreu-se aos registos biográficos dos alunos onde constavam as profissões dos pais. A informação sobre o rendimento escolar das crianças foi recolhida nas fichas de avaliação trimestral efectuada pelos professores.

Descrevemos em seguida os vários instrumentos utilizados:

a) Questionário dirigido às crianças *Interações entre as crianças e as suas famílias*

Este questionário era composto por 69 questões fechadas e abertas. Com as primeiras pretendia-se obter dados sobre a presença e a frequência de ocorrência de uma determinada prática; enquanto as questões abertas destinaram-se à obtenção de dados de natureza qualitativa que permitissem complementar as informações obtidas através das questões fechadas (e.g. tipo de insultos recebidos).

As questões foram construídas no sentido de se obter informação quanto aos seguintes aspectos: Negligência na alimentação (5 questões); Negligência na higiene do vestuário (1 questão); Negligência no acompanhamento escolar (6 questões); Negligência na saúde e outros cuidados básicos (9 questões); Maltrato psicológico (13 questões); Maltrato físico (5 questões). Consideramos ainda aspectos relacionados com interações positivas com os pais, tais como: fazer jogos ou brincadeiras com as crianças, passear com elas, cuidados prestados quando se magoam, cuidado relativamente à hora da criança ir para a cama (9 questões).

As restantes questões eram de carácter sócio-demográfico e destinaram-se à obtenção de informações para uma melhor e mais completa caracterização da situação de cada criança: idade, ano de escolaridade; sexo; raça/etnia; composição do agregado familiar, alterações do mesmo; existência ou não de um espaço destinado à privacidade da criança (ex. ter um quarto e/ou uma cama individuais).

Na concepção do questionário procuramos ter em consideração alguns aspectos que possibilitassem a compreensão do mesmo pelas crianças. Apesar de termos consciência de que há diferenças significativas entre as crianças mais novas e as mais velhas quanto às

competências de leitura, compreensão e escrita, optamos pela aplicação de um único questionário por uma questão de uniformidade de critérios. Procuramos, contudo, aplicar um questionário perceptível por todas crianças, baseado em perguntas simples e directas.

b) “Ficha de avaliação sobre os cuidados básicos prestados pelos pais”

Este questionário, composto por 3 questões destinadas a serem respondidas pelas professoras, teve como objectivo a obtenção de informações mais precisas sobre aspectos relacionados com a negligência. Através desta ficha pretendia-se avaliar a percepção que os professores têm do grau de negligência de que são vítimas as crianças relativamente aos três subtipos: aspecto físico (higiene corporal, vestuário, etc.); alimentação (tomar ou não pequeno-almoço, trazer ou não lanche para a escola, etc.); interesse / acompanhamento escolar (deveres de casa / sucessos / dificuldades, etc.). Cada um destes subtipos de negligência foi classificado pelas professoras de acordo com a seguinte escala: 1- nenhum cuidado; 2- pouco cuidado; 3- algum cuidado; 4- muito cuidado; 5- muitíssimo cuidado.

c) Registos biográficos dos alunos:

Foi efectuada, na escola, a recolha do registo biográfico dos alunos.

As professoras anotaram ainda nestes documentos outros elementos que poderiam ser úteis para uma melhor caracterização socioeconómica das famílias tais como: pais emigrados; pais a cumprir pena de prisão; pais falecidos; pais pertencentes à etnia cigana; pais provenientes de famílias oriundas das ex-colónias portuguesas.

d) Fichas de avaliação trimestral dos alunos:

Após o contacto com o presidente deste agrupamento de escolas, a directora desta escola e as professoras, foi decidido que a forma mais prática e mais exequível para avaliação do apro-

veitamento escolar seria através das suas fichas de avaliação trimestral.

Foi utilizada a ficha de avaliação trimestral correspondente à última avaliação efectuada até ao momento em que se efectuou e presente estudo, correspondente à ficha de avaliação do 2.º período escolar do ano lectivo. Para efeitos deste estudo consideraram-se três níveis: rendimento escolar insuficiente, suficiente, e bom.

Um aluno foi considerado com “bom” rendimento escolar quando é classificado pela professora com bom ou muito bom em todos ou quase todos os itens de avaliação, não constando qualquer tipo de dificuldade de aprendizagem. Um aluno foi considerado com “suficiente” aproveitamento escolar quando a professora refere que tem suficiente aproveitamento escolar em todos ou quase todos os itens de avaliação não constando dificuldades de aprendizagem significativas. Um aluno é considerado com rendimento escolar “insuficiente” quando a professora considera que tem insuficiente aproveitamento escolar em todos ou quase todos os itens de avaliação e apresenta dificuldades de aprendizagem significativas.

Critérios para definição da ocorrência e gravidade do maltrato

Para verificar a existência ou não de **maltrato físico**, recorreremos à análise dos dados do questionário aplicado às crianças tendo em consideração as 5 questões respectivas. Estas questões avaliam o relato de ser ou não batida, frequência com que a criança é batida (“nunca”, “às vezes” ou “muitas vezes”), modo como a criança diz ser batida (com ou sem objecto), sequelas da agressão (ter ficado magoado ou não) e autor(es) da agressão. Tendo em conta a resposta a todas estas questões, o maltrato físico foi classificado na seguinte escala: “grave”, “moderado”, “nenhum”. Consideramos que sofriam de maltrato físico grave aquelas crianças que referem ser batidas “muitas vezes” (frequência do maltrato) e, simultaneamente, dizem ser batidas com vários objectos tais como “colher de pau”, “cinto”, “chinelo” ou “outros objectos” ou ainda aquelas que referem sofrer “murros ou pontapés”. Consideramos ainda que eram vítimas de maltrato físico grave aquelas crianças que referem ser batidas

“algumas vezes” ou “muitas vezes” de “cinto”. Consideramos que sofriam de maltrato físico “moderado” aquelas crianças que referem ser batidas “às vezes” e que dizem ser batidas sem objecto ou que relatam como objecto da agressão objectos como “colher de pau”, “chinelo” ou “outros objectos”. Consideramos que não sofriam maltrato físico aquelas crianças que dizem “nunca” ser batidas.

No que diz respeito ao **maltrato psicológico**, recorreremos à análise das 13 questões que se relacionam com os seguintes aspectos: humilhações verbais (insultos); ameaças; castigos exagerados. Foi ainda considerada a frequência com que as crianças relatavam que estes factos aconteciam (“nunca”, “às vezes”, “muitas vezes”). Considerando as respostas das crianças a estes itens o maltrato psicológico foi classificado em “grave”, “moderado” e “nenhum”. Consideramos que sofrem de maltrato psicológico “grave” aquelas crianças que referem sofrer várias formas de maltrato psicológico (ameaças, castigos exagerados, humilhações verbais). Consideramos que sofrem de maltrato psicológico “moderado” aquelas crianças que dizem sofrer uma das formas de maltrato referidas anteriormente. Consideramos que sofrem “nenhum” maltrato psicológico aquelas crianças que referem “nunca” sofrer qualquer destas formas de maltrato.

Para se verificar a existência ou não de **negligência**, recorreremos à análise dos dados dos dois instrumentos de avaliação: questionários aplicados às crianças e questionário preenchido pelas professoras. No que se refere ao questionário das crianças, recorreremos à análise das 12 questões que se relacionam com a alimentação, higiene e acompanhamento escolar das crianças por parte dos seus pais. Consideramos que sofrem de negligência as crianças que referem falta de cuidado por parte dos pais em algum dos aspectos mencionadas ou aquelas que são referidas pelas professoras como beneficiando de “nenhum” ou “pouco” cuidado dos pais no que diz respeito à alimentação, higiene ou acompanhamento escolar. Consideramos ainda que sofrem de negligência as crianças que são referidas pelas professoras como beneficiando apenas de “algum” cuidado por parte dos pais simultaneamente na alimentação, higiene e acompanhamento escolar.

Classificamos ainda a negligência segundo a sua gravidade. Consideramos que sofrem de negligência “grave” as crianças que

referem falta de cuidado simultaneamente na alimentação, higiene e acompanhamento escolar, e/ou ainda as crianças cujas professoras referem usufruir de “nenhum” ou “pouco” cuidado dos pais relativamente à alimentação, higiene e acompanhamento escolar. Consideramos que sofrem de negligência “moderada” as crianças que referem sofrer falta de cuidado em algum dos aspectos referidos (alimentação, higiene, acompanhamento escolar) ou ainda as crianças que são referidas pelas professoras como beneficiando de “nenhum” ou “pouco” cuidado em algum dos aspectos. Consideramos ainda que sofrem de negligência “moderada” aquelas crianças que são referidas pelas professoras como beneficiando apenas de “algum” cuidado dos pais simultaneamente na alimentação, na higiene e/ou acompanhamento escolar. No caso de uma criança ser referida como recebendo “nenhum” ou “pouco” cuidado em algum dos referidos aspectos (alimentação, higiene, acompanhamento escolar) e “muito” ou “muitíssimo” cuidado noutro aspecto consideramos que sofre negligência “moderada”. Consideramos que não sofrem de negligência as crianças que referem beneficiar de cuidados na alimentação, higiene e acompanhamento escolar e que as professoras referem também como beneficiando “muito” ou “muitíssimo” cuidado nos mesmos aspectos.

Procedimento

O pedido de autorização para este estudo foi feito ao Presidente do Agrupamento, à directora e professoras da escola onde se efectuou o estudo, bem como ao Conselho Escolar, tendo-se explicado que se pretendia fazer um estudo sobre práticas educativas e características das famílias das crianças daquela escola.

Após a elaboração do inquérito por questionário efectuou-se o pré-teste. Este foi aplicado a 16 alunos da escola, num total de 2 alunos por cada turma, sendo assim efectuada a experiência com os quatro anos de escolaridade. Para aplicação do pré-teste os alunos foram seleccionados aleatoriamente.

Antes da apresentação do questionário, as crianças foram informadas que se estava a efectuar um estudo sobre as famílias e, para tal, iria ser distribuído um questionário às crianças daquela escola com questões relacionadas com aspectos da sua vida familiar. Salientou-se que o questionário era anónimo e que nenhuma criança

seria obrigada a responder caso não o desejasse. Foi ainda acentuado que no final do preenchimento do questionário as crianças poderiam decidir não o entregar e, nesse caso, este seria destruído na presença das mesmas.

Após a aplicação do pré-teste procedeu-se a reajustamentos considerados necessários. Assim, algumas questões de respostas dicotómicas do tipo “sim” e “não” foram substituídas por respostas ordinais do tipo “nunca”, “às vezes” e “muitas vezes”. Tal alteração efectuou-se pelo facto de se verificar que algumas crianças haviam acrescentado nas suas respostas a variável “às vezes”. As crianças a quem se ajudou a preencher o inquérito (especialmente alunos do 1.º ano e alunos com dificuldades de leitura) hesitaram também, em certas respostas, quanto ao “Sim” e “Não”, respondendo “às vezes”. Mesmo tendo em conta a subjectividade, sobretudo para uma criança, do conceito “às vezes”, que para umas pode significar mais e para outras menos vezes, consideramos que esta medida teria que ser introduzida. Foram efectuados outros reajustamentos, nomeadamente a substituição de algumas palavras por um vocabulário mais simples.

Foi decidido que o inquérito seria aplicado no menor período de tempo possível para que não circulassem informações sobre o seu conteúdo, uma vez que esse facto poderia influenciar as respostas emitidas pelas crianças. Deste modo, os inquéritos foram aplicados no mesmo dia a todas as crianças do 2.º, 3.º e 4.º anos. Os inquéritos destinados às crianças do 1.º ano e todas as que, segundo as professoras, teriam dificuldade de responder ao mesmo, foram preenchidos com a ajuda da investigadora no mesmo dia em que foram aplicados os inquéritos aos restantes alunos. Uma vez que se tratava de um trabalho mais moroso, parte destes inquéritos tiveram que se estender por mais de um dia.

Por motivos éticos, de modo a assegurar que não houvesse a possibilidade de identificação das crianças, quer os questionários, quer os registos biográficos, foram codificados com o nome da professora da criança e um número de ordem que correspondia ao número de ordem do livro de presenças de cada.

RESULTADOS

Caracterização social da amostra

Em relação à composição do agregado familiar, 78,4% das crianças vivem só com os pais ou com pais e irmão; 7% vivem só com a mãe ou com a mãe e irmãos; 11,6% vivem com família extensa; 1,6% vivem com a mãe e avós e 0,8% com os tios e primos. Destas crianças 87,5% disseram ter vivido sempre com estas pessoas. As alterações devem-se sobretudo à separação dos pais, morte de um dos pais ou outros problemas familiares.

Quanto ao nível sócio-cultural, atendendo às profissões dos pais constantes nos registos biográficos das crianças⁴, verifica-se que se trata de um grupo com estatuto socioeconómico baixo e médio. Em relação ao pai, a categoria profissional mais representativa é formada pelos trabalhadores de produção (37,5%), na sua maioria operários da construção civil. Os empresários da indústria e comércio representam 17,9% dos casos; e os empregados de comércio e serviços, 10,1%. Dos pais que entram na categoria de empresários da indústria e comércio fazem parte os profissionais de comércio ambulante, que representam 86% dos casos, todos pertencentes à etnia cigana. As categorias profissionais menos representadas são os trabalhadores agrícolas e de pesca (4,5%), os quadros e técnicos (2,7%), os reformados (2,7%), os militares (1,8%) e os professores que representam 0,9% dos casos. A taxa de desempregados é de 9,8%, tendo sido incluídos neste grupo os pais que se encontram a cumprir pena de prisão (36,6% dos casos integrados nesta categoria). Na categoria “outros” (4,4%) foram incluídos os pais que se encontram emigrados (80% destes casos), havendo um pai falecido que entrou também nesta categoria.

Relativamente à caracterização socioprofissional das mães, o grupo mais representativo é formado por domésticas (45,5%),

⁴ Procedeu-se à codificação, utilizando a tabela de categorias socioprofissionais apresentada no “Guião Organizativo” do Observatório da Qualidade da Escola (O.Q.E.). Foram consideradas as seguintes categorias: agricultores e pescadores independentes; empresários de indústria e comércio; quadros e técnicos; empregados de comércio e serviços; trabalhadores de produção; trabalhadores agrícolas e de pesca; pessoal dos serviços pessoais e domésticos; professores; militares; domésticas; serviços temporários; desempregados; reformados; outros.

seguida por trabalhadoras de produção (quase todas operárias textéis) (18.8%), empresárias de indústria e comércio (15.2%) e pessoal dos serviços pessoais e domésticos (13.4%). As categorias menos representadas são as desempregadas (3.6%), seguida das professoras (1.8%) e reformadas (0.9%). Das mães inseridas na categoria de empresários de indústria e comércio, 88.2% dedicam-se ao comércio ambulante, pertencendo à etnia cigana.

Rendimento escolar

Como referimos, para se obter informação acerca do rendimento escolar dos alunos foram consultadas as fichas de avaliação trimestral referentes à última avaliação, correspondente ao 2.º período escolar.

Os resultados indicam que 36 crianças (32,1%) têm rendimento escolar bom, o mesmo número (36; 32,1%) têm um rendimento escolar suficiente e 40 crianças (35,1%) têm rendimento escolar insuficiente.

PREVALÊNCIA DE MALTRATO

Maltrato físico

O maltrato físico é relatado em 87.5% dos casos, manifestando-se só ou associado a outras formas de maltrato. Quanto à frequência com que esta forma de maltrato ocorre, 83% das crianças responderam ser batidas “às vezes”, 4.5% disseram ser batidas “muitas vezes” (12.5% relataram que “nunca” foram batidas). Relativamente aos autores deste tipo de agressão, 41% das crianças referem ser batidas tanto pelo pai como pela mãe, 29.4% responderam ser batidas pela mãe; 14.3% são agredidas pelo pai e 4.6% são batidas pelos pais e irmãos. As restantes não indicaram os autores das agressões.

No que diz respeito à forma como as crianças são agredidas fisicamente, dividiu-se a agressão em três tipos: agressão sem objecto (mãos, murros, pontapés); agressão com objecto (pau/colher de pau, chinelo, cinto, outros objectos); agressão com e sem objecto. Da análise dos resultados constatou-se que, considerando a amostra total, 52.8% do total de crianças inquiridas relatam sofrer agressão sem

objecto, 8% relatam ser vítimas de agressão com objecto e 26.7% dizem ser agredidas com e sem objecto.

Para avaliar a gravidade do maltrato físico considerando as sequelas, procurou-se obter informação sobre os danos corporais/sequelas provocados por esse tipo de maltrato. Das crianças vítimas de agressão física, 24% responderam ter ficado magoadas depois de terem sido batidas. 14.8% das crianças que ficaram magoadas sofrem a agressão com objecto e 59.2% são vítimas de agressão com e sem objecto. As crianças batidas sem objecto ficaram magoadas em 25.9% dos casos. Das crianças que relatam abuso com sequelas, 42.3% disseram não ter recebido qualquer tratamento dando respostas do tipo “passou assim”, “não fizeram nada”. 38.5% referiram ter sido tratadas em casa, 11.5% foram levadas ao médico e 3.8% relataram ter sido levadas ao hospital. 3,9% não responderam à questão.

As crianças que vivem só com a mãe (mães divorciadas ou solteiras) ou com a mãe e irmãos (n = 10) relatam sofrer em 100% dos casos de agressão física, tanto sem objecto como com objecto.

Relativamente à gravidade do maltrato físico encontrado, 55% das crianças da amostra foram classificadas como sofrendo maltrato físico moderado e 33% foram classificadas como sofrendo de maltrato físico grave.

Maltrato psicológico

O **maltrato psicológico** é o tipo de abuso que aparece em segundo lugar em termos de percentagem de crianças afectadas, segundo o relato das crianças, encontrando-se presente em 64.3% dos casos. Neste tipo de maltrato constatamos o relato da existência de humilhações verbais dirigidas às crianças constituídas por ralhos frequentes e insultos, a intimidação através de ameaças, a aplicação de castigos exagerados e a falta de atenção e afecto. Em 39.3% dos casos as crianças relatam serem vítimas de vários destes tipos de abusos em simultâneo.

Relativamente à **frequência e autoria das humilhações verbais**, constituídas por ralhos frequentes e insultos, constatou-se que 11% das crianças responderam que lhes ralham “muitas vezes”. A figura parental que as crianças referem como autor dos ralhos é em

28.5% dos casos a mãe, em 19.5 % dos casos o pai, e 38.3% dos casos referem ser ralhadas pela mãe e/ou pelo pai. Alguns indicam ainda outros familiares como avós e irmãos como autores dos ralhos. 29.5% das crianças referem sofrer insultos. Estes são constituídos, na sua maioria, por nomes obscenos. As crianças referem que estes nomes lhes são chamados maioritariamente pelos pais, seguidos dos pais mais irmãos. Assim, a mãe insulta em 30.3% dos casos e o pai em 15.2% dos mesmos. 15.2% das crianças relatam que são insultadas quer pelo pai, quer pela mãe e 27.3% pelos pais e irmãos. Uma criança refere ser insultada pelo pai e pelo avô e as restantes não referem quem são os autores dos insultos.

No que concerne aos **castigos**, eles são relatados por 66% das crianças. Das crianças castigadas, 25.7% dizem ser fechadas no quarto, 9.5% dizem ser fechadas em quartos escuros ou quartos de banho escuros, 12.2% ficam fechadas em casa e a 6.8% são aplicados castigos relacionados com as tarefas escolares como: “põem-me a fazer contas”; “fazem-me ler muito”; “obrigam a fazer mais deveres”; “fecham-me no quarto a estudar”. Algumas crianças que são fechadas no quarto acrescentaram que são fechadas “com a chave por fora” ou “fecham-me no quarto à chave” ou “fico trancado no quarto até à noite”. 2.7% das crianças têm como castigo tratar dos irmãos mais novos. 14.9% das crianças referem ter como castigo não brincar e 12.2% não sair de casa. Destas crianças há uma que refere que quando é castigada fica “uma semana sem brincar” e outra “só posso sair para a escola”. Há ainda uma criança que refere que os pais lhe dão como castigo ficar sem comer. Referindo-se aos castigos há ainda uma criança que diz ser obrigada a ver televisão “obrigam-me a ver televisão”.

No tocante a **ameaças**, há 5.4% de crianças que referem sofrer este tipo de abuso. Destas, 60.5% dizem ser ameaçadas com tarefas e 13.6% com castigos, incluindo-se entre estes ficar no “quarto escuro” e 5.3% são ameaçadas simultaneamente com tarefas e castigos. Há uma criança que refere ser ameaçada com “um colégio interno”. Uma criança da etnia cigana tem como ameaça a obrigatoriedade de ir à escola - “amanhã vais à escola”. As restantes crianças não responderam à questão.

Relativamente à gravidade do maltrato psicológico, e considerando os critérios acima mencionados, verificou-se que 35.7% das

crianças refere não sofrer de nenhuma forma deste abuso, 34.8% foi classificada como sofrendo de maltrato psicológico moderado e 29.5% foi classificada como sendo vítima de maltrato psicológico grave.

Negligência

O estudo da negligência foi efectuado a três níveis: negligência na alimentação, na higiene corporal e no acompanhamento escolar das crianças; e com base em dois instrumentos de avaliação: o questionário aplicado às crianças e o questionário preenchido pelas professoras.

Uma vez que os resultados obtidos através dos dois questionários não são coincidentes, apresentamos separadamente os dados obtidos através de um e de outro instrumento de avaliação.

No que diz respeito à **negligência na alimentação** verificamos, no inquérito aplicado às crianças, que 15% responderam não ter o hábito de tomar o pequeno-almoço⁵; 4.5% disseram “nunca” levar lanche para a escola e 12.5% responderam que levavam “às vezes”. De acordo com os dados da ficha da avaliação aplicada às professoras verificou-se que há 3.6% de crianças cujos pais são avaliados como não tendo “nenhum” cuidado com a sua alimentação, 3.6 % são avaliados como revelando “pouco” cuidado, 35.7% manifestam, segundo a avaliação das professoras, “algum” cuidado e 57% têm, segundo as mesmas, “muito” cuidado com a alimentação dos filhos. Não encontramos nenhuma criança avaliada como recebendo “muitíssimo cuidado” a este nível.

Das 15% de crianças que referem não tomar o pequeno-almoço, 23.5% são avaliadas pelas professoras como usufruindo de “nenhum” cuidado na sua alimentação, por parte dos seus pais; 5.8% dessas crianças são avaliadas pelas professoras como beneficiando de “pouco” cuidado dos seus pais na alimentação; 52.9% dessas crianças são avaliadas pelas professoras como usufruindo de “algum” cuidado dos pais na alimentação; 17.6% das referidas crianças são avaliadas

⁵ As crianças que dizem tomar sempre o pequeno-almoço, 7.4% não tomam leite (comem só “pão”, “cevada” ou “café”) e 13.3% tomam só leite a esta refeição. Das crianças que dizem levar lanche para a escola, 6.5% referem levar como lanche um “bolícao” e 9% dizem levar só pão ou pão “seco”.

pelas professoras como beneficiando de “muito” cuidado dos pais na alimentação.

No respeitante à **negligência na higiene** verificamos, como foi já referido, que as crianças revelaram alguma dificuldade em detectar esta forma de maltrato. Com efeito, de acordo com o questionário aplicado às crianças, 5.4% disse que não tinha roupa limpa “às vezes” e 94.6% responderam que tinha “sempre” roupa limpa. De acordo com a avaliação das professoras sobre os cuidados de higiene prestados pelos pais constatou-se o seguinte: os pais são avaliados como não tendo “nenhum” cuidado em 4.5% dos casos; manifestam “pouco” cuidado em 6.3% dos mesmos; “algum” cuidado em 34.6%; “muito” cuidado em 47.3%; “muitíssimo” cuidado em 7.1% dos casos.

Analisando os dois instrumentos de avaliação verifica-se que 10.8% das crianças que referem ter “sempre” roupa limpa para vestir são avaliadas pelas professoras como beneficiando de “pouco” ou “nenhum” cuidado por parte dos seus pais relativamente a este aspecto. 33% das crianças que dizem ter “sempre” roupa limpa são avaliadas pelas professoras como usufruindo de “algum” cuidado dos pais relativamente a este aspecto. 56.2% das crianças que refere ter “sempre” roupa limpa para vestir são avaliadas pelas professoras como beneficiando de “muito” ou “muitíssimo” cuidado dos pais na higiene. Há uma criança que refere ter roupa limpa “às vezes” e cujas professoras dizem beneficiar de “muito” cuidado dos pais relativamente à higiene corporal.

No que concerne à **negligência no acompanhamento escolar** dos pais, de acordo com os dados do questionário aplicado às crianças, constatou-se que 26.8% respondeu que os pais “nunca” as ajudavam nos deveres escolares, 49.1% disse que os pais as ajudavam “às vezes” e 24.1% respondeu que os pais as ajudavam “muitas vezes”. Segundo a avaliação das professores, 11.7% dos pais são avaliados como não tendo “nenhum” cuidado. Os pais foram avaliados como manifestando “pouco” cuidado em 10.7% e 40.1% dos mesmos foram avaliados como demonstrando “algum” cuidado. 33.9% dos pais das crianças foram avaliados como dedicando “muito” cuidado e em 3.6% dos casos os pais como demonstrando “muitíssimo” cuidado.

Analisando os dois instrumentos de avaliação verifica-se que

das 26.8% de crianças que refere que os pais “nunca” as ajudam nos trabalhos escolares, 26.7% são avaliadas pelas professoras como beneficiando de “nenhum” ou “pouco” cuidado dos pais no acompanhamento escolar dos filhos. 33.3% são avaliadas como usufruindo de “algum” cuidado; 36.7% são avaliadas como beneficiando de “muito” cuidado dos pais e 3.3% das crianças são referidas como usufruindo de “muitíssimo” cuidado dos pais no seu acompanhamento escolar.

No que diz respeito à **ajuda prestada na realização dos deveres escolares**, as crianças referem a ajuda da mãe em 23% dos casos, a do pai em 14% dos mesmos e a da mãe e/ou do pai em 15% dos casos. Nos restantes casos as crianças dizem ser ajudadas no ATL (actividades de tempos livres); pelos irmãos; pelos avós, tios ou outros.

Considerando as três áreas, e tendo em conta os critérios acima referidos, os resultados da negligência sugerem que cerca de 32% (n=36) serão vítimas de negligência, sendo que 11.7% das crianças foram avaliadas como sofrendo de negligência “grave”; 20.5% foram avaliadas como sofrendo de negligência “moderada” e 67.8% foram avaliadas como sofrendo de “nenhuma” negligência.

O quadro seguinte apresenta uma síntese relativa ao número de casos e percentagem de crianças vítimas das diferentes formas de maltrato. Como referimos antes, e de modo consistente com a literatura, frequentemente as crianças são vítimas de mais do que um tipo de maltrato. Também neste estudo isto se verifica. Por exemplo, as 36 crianças que foram identificadas como sofrendo negligência, parecem ser igualmente vítimas de maltrato físico e psicológico (27); físico (3), e psicológico (6).

Quadro 1: Frequência e percentagem por tipo de maltrato, segundo o relato das crianças e avaliação das professoras.

Tipo de Maltrato	Frequência	Percentagem
Físico	29	25.9
Físico / Psicológico / Negligência	27	24.1
Físico / Negligência	3	2.7
Físico / Psicológico	39	34.8
Negligência / Psicológico	6	5.4
Nenhum	8	7.1

INTERACÇÕES POSITIVAS COM OS PAIS

Para além de procurarmos avaliar a presença de maltrato físico, psicológico e negligência, elaboramos algumas questões que procuram averiguar como as crianças percebem as interacções positivas com os pais.

Relativamente à questão **“O que te dizem os teus pais quando tens boas notas?”** verificou-se que em 72.3% dos casos as crianças declararam receber estímulos positivos do tipo: “dizem que estão contentes”; “dizem que estou a estudar bem”, “dão-me os parabéns”. 16.% das crianças referiu que os pais não diziam “nada”. 2.7% das crianças respondeu que não se lembravam e 6.3% que não sabiam. As restantes (2.7%) não responderam à questão. No que concerne à questão **“O que te fazem os teus pais quando tens boas notas?”** constatou-se que 20.5% referiram receber compensações afectivas do género “dão-me um beijo”, “fazem-me festinhas”. 25.9% das crianças respondeu que os pais lhes davam compensações de ordem material do tipo “dão-me prendas”, “dão-me dinheiro”, “põem notas no banco”. 43.7% das crianças respondeu que os pais não faziam “nada”. 4.5% das mesmas respondeu que não sabia, 0.9% que não se lembravam e 4.5% não respondeu à questão.

Para avaliar ainda a atenção, dedicação e afecto demonstrado pelos pais, foi perguntado às crianças se os seus pais costumavam **fazer jogos, brincadeiras ou passeios** com elas. Relativamente à primeira questão, 21.4% das crianças respondeu que os pais “nunca” jogavam ou brincavam com elas, 56.3% responderam que o faziam “às vezes” e 22.3% disseram que os pais o faziam “muitas vezes”. No tocante à segunda questão, 6.3% das crianças respondeu que os pais “nunca” passeavam com elas, 55.4% disseram que os pais o faziam “às vezes” e 38.4% respondeu que o faziam “muitas vezes”. 21% das crianças referiram que os pais “nunca” jogam, brincam ou passeiam com as mesmas. No que concerne ao tipo de jogos que os pais fazem com as crianças verifica-se o seguinte: 31.2% dizem que os pais fazem consigo jogos diversos, 14% dizem que os pais jogam com elas à bola, 12% dizem que os pais jogam com elas às cartas e as restantes crianças referem outros jogos como “escondidinhas”, jogo das palavras –“stop”, “cócegas”, jogos de computador (em menor número).

Quando questionadas sobre uma figura familiar disponível em momentos difíceis constatou-se ainda que 36.6% das crianças dizem

não ter com quem desabafar quando estão com medo, sendo maior a percentagem nos rapazes (63.4%) do que nas raparigas (36.6%).

RELAÇÃO ENTRE CUIDADOS RECEBIDOS E RENDIMENTO ESCOLAR

Um dos nossos objectivos era determinar se existiam diferenças de cuidados recebidos entre as crianças com diferentes níveis de aproveitamento escolar. Para isso consideramos os 3 níveis de rendimento escolar e criamos uma nova variável (total maltrato) que podia variar entre 0 (nenhum tipo de abuso) e seis (abuso grave nas três dimensões) e correspondia ao total de maltrato relatado pela criança. Do mesmo modo, e para integrar a variável “interacções positivas com os pais”, calculamos um total de interações positivas, constituída pela soma nas cinco questões, e que podia variar entre 0 (se em todas as questões não havia indicação de interação positiva) e 10 (se em todas as questões era relatada muita interação positiva)

O total de cada uma das formas de maltrato, o total de maltrato e o total de interações positivas foram comparados em cada um dos grupos em função do aproveitamento escolar utilizando o teste não paramétrico de Kruskal-Wallis. Os resultados deste teste indicam diferenças estatisticamente significativas no grau de maltrato nos três grupos formados em função do aproveitamento escolar, excepto para o maltrato físico. Ou seja, os alunos com pior aproveitamento relatam significativamente mais negligência e maltrato psicológico, mas não existem diferenças estatisticamente significativas entre os sujeitos com diferentes graus de aproveitamento em função do maltrato físico. Em relação às interações positivas, verifica-se que existe uma diferença estatisticamente significativa entre os sujeitos com diferente aproveitamento escolar, sendo aqueles com bom aproveitamento que relatam interações mais positivas (cf quadro seguinte)

Quadro2: Cuidados recebidos em função do grau de aproveitamento escolar (teste Kruskal- Wallis)

Grau de Negligência	53,42(**)
Maltrato Físico	2,11
Maltrato Psicológico	29,65(**)
Total maltrato	48,02(**)
Interações positivas	10,70(**)

Chi-Square

Atendendo ao elevado número de crianças que relatou abuso físico, mas sabendo nós que, por exemplo, uma palmada poderá ter significado e impacto diferente de maltratos físicos contínuos, com objectos e/ou com sequelas, procedemos à transformação da variável abuso físico, de modo a criar dois grupos de sujeitos: crianças sem abuso físico grave versus crianças com abuso físico grave. Do mesmo modo dicotomizamos o aproveitamento escolar em insuficiente versus suficiente ou bom. Após esta dicotomização dos grupos procedemos a uma análise estatística a fim de averiguar a distribuição das crianças com maus tratos físicos graves em função do aproveitamento escolar. A utilização do teste de Qui Quadrado revelou que as crianças que sofrem maus tratos físicos graves têm mais probabilidade de ter aproveitamento escolar insuficiente ($\chi^2(1) = 4,83, p < .05$).

Uma outra forma de analisar os resultados é olhar para as relações existentes entre o tipo de cuidado e o aproveitamento escolar. O quadro de correlações que se apresenta a seguir ilustra bem como os diferentes graus de maltrato tendem a co-ocorrer (excepto entre maltrato físico e negligência) e como o aproveitamento escolar está positivamente relacionado com as interações positivas e negativamente relacionado com formas de maltrato, excepto no que se refere ao maltrato físico.

Quadro3: Correlações entre tipos de cuidado e aproveitamento escolar (Rho Spearman)

	Grau de Negligência	Maltrato Físico	Maltrato Psicológico	Total Maltrato	Interações Positivas
Maltrato físico	,017				
Maltrato psicológico	,445(**)	,442(**)			
Total maltrato	,699(**)	,600(**)	,870(**)		
Interações positivas	-,262(**)	-,255(**)	-,391(**)	-,412(**)	
Aproveitamento escolar	-,683(**)	-,136	-,512(**)	-,646(**)	,307(**)

Conclusão

A escola onde foi realizado o estudo encontra-se inserida num meio social e economicamente desfavorecido, onde predominam os bairros sociais, a habitação degradada e as barracas. Trata-se de uma

zona que se encontra a sofrer um processo de transformação social, habitada pelas famílias mais pobres da localidade e tem sido escolhida por famílias oriundas de outras locais, incluindo famílias de etnia cigana, havendo um número significativo de pessoas desenraizadas e a passar por um processo de integração social. Esta situação pode enquadrar-se naquilo a que Boaventura Santos (1998) chama de “*apartheid social*”, uma “segregação social dos excluídos através de uma cartografia urbana dividida em zonas selvagens e zonas civilizadas” (p.33). Pelos factores analisados poderemos falar na existência, nesta localidade, de uma subclasse (*underclass*), conceito formulado por Wilson (1987, cit. em B. Santos, 1998). Com efeito, também aqui encontramos famílias a residir em espaços socialmente isolados das outras classes, existência de empregos precários e mal remunerados devido à falta de qualificação e formação profissional, pobreza, etc.

A estes factores acresce o isolamento social em que se encontram, potenciado pela fuga das elites locais e da classe média e pela segregação étnica, situações que “provocam uma concentração de indivíduos partilhando de uma mesma situação económica marginal marcada pelo isolamento” (Sebastião, 1998: 10). Segundo este autor, os processos de segregação socio-espacial constituem mecanismos de exclusão social. Deste modo, à marginalização social resultante das situações de pobreza de várias famílias desta localidade, acresce o facto de viverem num espaço físico degradado o que reforça o estigma que já as acompanha.

Em relação aos cuidados recebidos, e atendendo ao relato das crianças que participaram neste estudo, os resultados parecem confirmar que muitas crianças recebem, no seu ambiente familiar, cuidados inadequados. Com efeito, verificou-se que as crianças relatam serem vítimas de diferentes tipos de maltrato e, na maioria dos casos, relatam sofrer em simultâneo diferentes tipos de cuidados inadequados. Constatou-se que o tipo de maltrato mais frequentemente relatado é o físico, seguido do maltrato psicológico e por último a negligência.

Podemos concluir que a agressão física é uma prática punitiva generalizada nestas famílias, utilizada tanto pelo pai como pela mãe, pois apenas uma minoria (12.5%) refere nunca ter sido agredido fisicamente. Julgamos que tal facto se deve, entre outras, a razões de ordem cultural. A inevitabilidade e as vantagens dos castigos físicos ou da educação severa estão ainda muito enraizados na nossa cultura

(Leandro, 1988). O recurso à violência como “método educativo” é ainda uma constante nalgumas famílias. Com efeito, a persistência de certos provérbios como “o pão numa mão, o pau na outra” ou ainda “quem dá o pão dá a educação” é reveladora da “filosofia de educação” subjacente a este comportamento por parte dos pais.

De acordo com o estudo de Amaro (1988), os casos de maus tratos não se distribuem igualmente por todo o país. Segundo este autor os maus tratos físicos apresentam valores mais elevados no norte do país. Com efeito o presente estudo foi efectuado, como foi já referido, numa escola do norte de Portugal o que leva a considerar que nesta região ainda se faça a apologia do castigo corporal como “método educativo” correcto e necessário. Esta diferente realidade no país é ainda confirmada pelo estudo efectuado por Calheiros (1997) numa região do centro do país – concelho de Vila Franca de Xira. Neste estudo a autora constata que a negligência é o tipo de maltrato mais encontrado (68%) apresentando o maltrato físico valores na ordem dos 23%. O estudo efectuado por Silva (1995) na cidade do Porto vem confirmar a tendência encontrada neste estudo. Com efeito, esta autora salienta no seu estudo, realizado no ano lectivo de 1984/85, em escolas do ensino oficial, primárias e “preparatórias” que apenas uma minoria das crianças (11%) “não refere ter sido fisicamente agredidos nem pelo pai nem pela mãe” (Silva: 1995: 160).

Convém salientar, porém, que será muito importante fazermos a distinção entre agressão física e práticas educativas inadequadas. Na opinião de Leandro (op. cit.) será necessário distinguir entre o que entra na categoria de maltrato e o que se pode considerar castigo admissível embora não desejável. Será importante ter este aspecto em consideração pois não poderemos colocar na mesma balança uma palmada dada a “tempo e com amizade” (Leandro, 1988) ou uma tarefa de cinto num pai dominado pela raiva. À semelhança deste autor, também Martínez Roig e Paúl (1993) vêm na bofetada uma prática culturalmente aceite, que “deve ser considerada como um recurso incorrecto e não como maltrato” (Martínez Roig e Paúl, 1993: 23). Estes autores salientam que só se considerará um maltrato quando tal atitude causar uma lesão importante como consequência da sua potência ou quando tal prática se perpetuar como «método educativo». Estes autores referem ainda que a frequência, a intensidade e a intencionalidade são aspectos a considerar na classificação de um acto como maltratante. Considerando que 53.5% das crianças

sofrem da agressão sem objecto poderemos ajuizar que estas agressões serão, pelo menos em parte, menos graves. Porém, a análise dos dados demonstra-nos que há uma elevada percentagem de crianças agredidas com objectos (34.7%). Tal facto constitui uma forma de agressão que, pela sua gravidade, tem outro significado. Partimos do pressuposto de que uma agressão sem objecto poderá ser constituída por umas “palmadas”, logo de menor gravidade, e que uma agressão com objecto será, no mínimo, mais humilhante e dolorosa, tanto física, como psicologicamente. De facto os nossos resultados indicam que só os maus tratos físicos graves estão associados a piores resultados escolares, o que mostra bem que não é a ocorrência deste tipo de mastrato, mas a sua ocorrência com gravidade que tem impacto em termos de rendimento escolar.

De acordo com o estudo efectuado por Eckenrode, Laird e Doris em 1993 e citado por Cantón Duarte e Cortés Arboleda (1997) o maltrato físico por si só interfere mais com problemas de comportamento e disciplinares do que com o aproveitamento escolar das crianças. No entanto Cantón Duarte e Cortés Arboleda (1997) referem um estudo efectuado por Kurtz e colaboradores (1993) no qual se comprovava que as crianças maltratadas fisicamente tinham mais baixo nível de rendimento académico comparativamente com as crianças não maltratadas. Há estudos onde se procura estabelecer a comparação entre o ser vítima de maltrato físico e de negligência e o rendimento académico da criança. Cantón Duarte e Cortés Arboleda (1997), com base num estudo efectuado por Wodarski, Kurtz, Gaudin e Howing (1990), referem que as crianças maltratadas fisicamente apresentam também um baixo rendimento académico mas os défices não são tão graves como os apresentados nas crianças vítimas de negligência. O nosso estudo aponta no mesmo sentido.

Acerca da avaliação da negligência, recordamos que foi o tipo de maltrato onde sentimos mais dificuldades na operacionalização dos dados, uma vez que resultam de dois instrumentos de avaliação, o questionário aplicado às crianças e a “Ficha de avaliação sobre os cuidados básicos prestados pelos pais” e evidenciam resultados diferentes e, por vezes, até contraditórios. Conscientes destas limitações não podemos, contudo, ignorar os resultados obtidos tanto mais que

foi devido à percepção de que as crianças poderiam não ser um bom avaliador desta área⁶.

A negligência, apresenta-se, neste estudo, como o tipo de maltrato onde se verifica menor prevalência (32.2%). Contudo, este valor, apesar de menor, não deixa de ser preocupante, tanto mais que o impacto negativo sobre o rendimento escolar é muito claro segundo os nossos dados. Os pais negligentes ignoram mais frequentemente o comportamento da criança, não apresentam mudanças fisiológicas perante situações stressantes, têm uma menor interacção social com mais tendência para o isolamento (Wolfe, cit. por Martínez Roig e De Paúl, 1993) e/ou não prestam os cuidados adequados em relação à alimentação, higiene, vestuário ou tarefas escolares. Segundo a maioria dos autores, as situações de negligência tendem a ser, na sua maioria, mais crónicas e de pior prognóstico. Na verdade, de acordo com o estudo efectuado por Egelend, Sroufe & Erickson, (1969, cit. por Cicchetti e Cohen, 1995) a negligência torna as crianças mais ansiosas, mais desatentas e com mais dificuldades escolares. Por sua vez Leiter e Johnsen (1994, cit. em Cantón Duarte & Cortés Arboleda, 1997) referem que a negligência tem efeitos no desenvolvimento cognitivo, socio-emocional e linguístico das crianças. Ainda de acordo com o estudo efectuado em Espanha referido por De Paúl e Arruabarrena Madariaga (1996) as crianças negligenciadas apresentam maior desadaptação escolar comparativamente com as crianças não negligenciadas. Segundo alguns investigadores o maltrato pode provocar na criança estados depressivos que, por sua vez, são responsáveis pelo fracasso escolar das crianças uma vez que este estado causa interferências na atenção e motivação da criança (Marcelli, 1996).

No nosso estudo algumas crianças não só não têm a alimentação adequada, como as relações interpessoais das crianças negligenciadas na higiene e arranjo pessoal podem interferir directamente na qualidade das suas relações interpessoais e na sua própria auto-estima. Sabemos que as crianças mal cuidadas no seu aspecto físico são, frequentemente, objecto de discriminação por parte dos seus pares (e não só). Este facto pode conduzir a dificuldades na integração no grupo de pares, integração na turma ou

⁶ por exemplo, devido á observação de que crianças sujas e vestidas de uma forma inadequada em relação à estação do ano se descreviam como recebendo os cuidados adequados de higiene.

mesmo na escola. Apesar de tudo é a negligência educacional aquela que apresenta valores mais elevados. Com efeito 26.8% das crianças diz que “nunca” são ajudadas pelos pais ou outros familiares nas tarefas escolares. Valores idênticos são apresentados pelas professoras quando dizem que os pais demonstram “nenhum” ou “pouco” cuidado no acompanhamento escolar dos seus filhos em 22.3% dos casos.

A abordagem do maltrato psicológico constitui para muitos autores uma questão académica, visto que os estudos neste domínio são ainda escassos (Melo, 1995). Segundo esta autora a análise a este nível levanta questões de ordem metodológica, nomeadamente como operacionalizar variáveis que permitam uma mensuração objectiva. No presente estudo enfrentamos esse mesmo problema, mas atendendo às dimensões que nos parecem retratar este tipo de abuso, encontramos o maltrato psicológico muito representado (64.3%). Pensamos que esta constatação se deve ao facto de termos recorrido directamente às crianças como fonte de informação sobre algo que lhes diz directamente respeito. Tal como refere Vidigal (1998: 43) “o que é preciso é escutar as crianças e os jovens porque nos dizem tudo”. Apesar das limitações que tal metodologia implica e que já referimos, e na impossibilidade de fazer uma observação directa, pensamos que será a que nos poderá fornecer dados mais objectivos e mais próximos da realidade.

O maltrato psicológico consiste em “actos ou omissões que podem ser considerados susceptíveis de causar dano psicológico” (Melo, 1995: 26). Relativamente aos actos, constatou-se que várias crianças são vítimas de humilhações verbais tais como insultos efectuados através da utilização de nomes obscenos, ameaças ou castigos “incorrectos”. As omissões relacionam-se com a falta de atenção e carinho indispensáveis para o normal desenvolvimento de uma criança. De facto uma elevada percentagem de crianças diz nunca ter carinho por parte dos pais (20.5%) e 21% refere que os pais nunca jogam, brincam ou passeiam com elas. Recorremos a uma citação de Sá (1996: 133) que pensamos que sintetiza bem esta questão “É violento (de irreparável) que as crianças não brinquem, que o recreio não seja em casa e que os amigos mais intempestivos, mais intensos e “difíceis” não sejam os pais”. Ao verificar que neste estudo os maus tratos psicológicos estão relacionados com mais baixo aproveitamento escolar, podemos concluir que além de uma

questão académica é também um problema social, com impacto significativo sobre a vida das crianças. Verificamos, no entanto, que este tipo de abuso se encontra sempre associado a outras formas de maltrato e não encontramos na literatura nenhum estudo onde se fosse estabelecida a relação entre o maltrato psicológico e o rendimento escolar, apenas o reconhecimento de que “os estudos científicos são escassos” (Melo, 1995) e se torna difícil operacionalizar variáveis.

Em suma, a elevada percentagem de crianças que referem situações de maltrato ou são descritas como sofrendo abusos, numa população com estas características, leva-nos à ideia veiculada na literatura de que o maltrato infantil tende a ocorrer, com mais frequência, nas famílias que se encontram numa situação socioeconómica desfavorecida. Com efeito, vimos que os teóricos do modelo sociológico atribuem muita importância à influência dos factores socioeconómicos e socioculturais interligando a influência do “stress” social com factores de ordem cultural e com as dinâmicas familiares. Este modelo centra-se nas condições sociais provocadoras de “stress”, que influenciam o comportamento da família considerando ainda os valores e práticas culturais que estimulam a violência (Cantón Duarte & Cortés Arboleda, 1997). O “stress” social, em interacção com determinados factores do ambiente cultural e da dinâmica familiar, vão-se acumulando dando origem aos maus tratos. Lembramos que o desemprego, a instabilidade no emprego, empregos mal remunerados são factores de risco para a ocorrência do maltrato infantil.

O presente estudo revela uma relação entre o facto de uma criança ser vítima de maus tratos e o seu rendimento escolar. Não obstante os resultados verificados, não podemos estabelecer uma relação linear de causa-efeito entre cada um dos tipos de maltrato e o rendimento escolar, uma vez que se constatou que a generalidade das crianças não sofre apenas de um tipo isolado de maltrato mas é vítima, em simultâneo, de mais de um tipo de abuso.

Vários estudos têm demonstrado que há uma alta percentagem de crianças vítimas de maus tratos que têm dificuldades escolares. As crianças maltratadas, quando comparadas com as não maltratadas, apresentam piores resultados escolares e são mais propensas à repetição de ano têm mais faltas disciplinares, são mais dependentes dos seus professores, logo menos autónomas, apresentam maiores

distúrbios nas funções sociais e mais altos níveis de perturbações comportamentais (Egeland, Sroufe & Erickson, cit. em Cicchetti e Cohen, 1995).

Ainda que reconhecendo as limitações metodológicas deste tipo de estudo, poderemos concluir que uma percentagem elevada da nossa amostra poderá ser considerada vítima de diversas formas de cuidados inadequados, e que são essas crianças que têm pior aproveitamento escolar.

REFLEXÃO FINAL

Este estudo tem limitações de ordem metodológica, inerentes, como já vimos, a estudos desta natureza. A primeira e mais relevante limitação tem a ver com a própria natureza do objecto em estudo, ou seja, algo que se passa no mais íntimo de cada família. A metodologia adoptada para estudos desta natureza, qualquer que seja, transforma-se noutra limitação porque há um código de ética que nos impõe normas de comportamento. Os resultados serão diferentes consoante as fontes de informação e/ou o tipo de instrumentos utilizados.

Neste estudo recorreremos a duas fontes de informação: as crianças e respectivas professoras. Uma das razões que nos levou à escolha das crianças como fonte de informação foi o facto de considerarmos que seriam elas que nos dariam os relatos mais fieis sobre algo que lhes diz directamente respeito. Porém, gostaríamos de realçar as limitações que tal facto encerra: as crianças podem não perceber correctamente o maltrato; podem escondê-lo para preservar a família; podem potenciá-lo para chamar à atenção. Por sua vez as professoras - outra fonte de informação utilizada - podem ter dificuldade em detectar situações maltratantes menos visíveis ou mais camufladas; podem ter diferentes conceitos de maltrato infantil; podem ser mais ou menos sensíveis e atentas ao fenómeno.

O estudo da negligência, especificamente, foi o que nos levantou mais dificuldades quanto à sua mensurabilidade. Na verdade verificou-se que não há consistência nos dados, ou seja, os dados resultantes do questionário aplicado às crianças divergem em vários aspectos dos dados resultantes das professoras. A título de exemplo, recordamos que das crianças que referem não ter o hábito de tomar o pequeno-almoço, 17.6% são avaliadas pelas professoras como

usufruindo de “muito” cuidado por parte dos pais no que diz respeito à alimentação. Este facto levanta a questão: qual deverá ser considerada “certa”, a resposta das crianças ou a avaliação das professoras? Tal facto, ou seja, a obtenção de informações inconsistentes ou mesmo contraditórias nos dois instrumentos de avaliação, impediu que se chegasse a conclusões precisas e consistentes, sobretudo na avaliação da negligência a um nível mais detalhado. De facto, a negligência refere-se essencialmente a actos de omissão, trata daquilo que não é feito em termos de cuidados básicos prestados às crianças. Logo, o ausente, o omissivo, o não palpável, torna-se muito difícil de mensurar e classificar, com a agravante de que se trata de algo que, como referimos já, se passa no foro íntimo das famílias. O que passa para o exterior, e particularmente no que se refere à negligência, são, por vezes, apenas ténues “sinais” que podem ser mais ou menos visíveis, e cuja visibilidade depende ainda da perspicácia e atenção do observador.

Embora tendo presentes estas limitações procuramos, contudo, compreender os dados que obtivemos, cientes da sua falibilidade mas confiantes de que poderão, no futuro, abrir pistas para novos estudos. Não obstante as limitações referidas, os resultados encontrados sugerem que estas crianças são vítimas de diferentes tipos de maltrato e que estes maus tratos têm implicações importantes. Esperamos que este trabalho exploratório seja útil a trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIA

- AMARO, F. (1988). Aspectos socioculturais dos maus tratos e negligência de crianças em Portugal. *Revista do Ministério Público*. 35 / 36, 85 – 90.
- AZEVEDO, M.C. & MAIA, A.C. (2005). Maus trato na infância: enquadramento, factores de risco e consequências. Manuscrito submetido a publicação.
- CALHEIROS, M. (1997). *Caracterização das crianças em risco no Concelho de Vila Franca de Xira*. Departamento de Acção Socio-Cultural / Gabinete de Estudos Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- CÁNTON, D. & CORTÉS, A. (1997). *Malos tratos y abuso sexual infantil*. Madrid. Siglo XXI de España Editores.
- CICCHETTI, D.; TOTH, S. (1993). Child abuse, child development and social policy. In D Cicchetti & S Toth (Eds), *Advances in applied developmental psychology: Child abuse, child development, and social policy*. Norwood, NJ: Ablex Publishing Corporation.
- CICCHETTI, D.; CONHEN, D.(Eds.) (1995). *Developmental Psychopathology: Risk, disorder and adaptation*. New York: Wiley & Sons.

- De PAÚL, J.; ARRUABARRENA M. (1996). *Manual de protección infantil*. Barcelona. Masson.
- FIGUEIREDO, B. (1998). Maus tratos à criança e ao adolescente (I) Situação e enquadramento da problemática. *Psicologia: Teoria, investigação e prática*, 3, 5 - 21.
- EDWARDS, V.J., HOLDEN, G.W., FELITTI, V.J. & ANDA, R.F. (2003). Relationship between multiple forms of childhood maltreatment and adult mental health in community respondents: Results from the adverse childhood experiences study. *American Journal of Psychiatry*, 160, 1453-1460.
- LEANDRO, A. (1988). A problemática da criança maltratada em Portugal. Alguns aspectos jurídicos e judiciários. *Revista do Ministério Público*. 35 /36, 55 - 84.
- MARCELLI, D. (1996). *Manual de psicopatologia da infância de Ajuriaguerra*. Porto Alegre. 5. Edição. Editora Artes Médicas.
- MARTÍNEZ ROIG, A & PAÚL OCHOTORENA, J. (1993). *Maltrato y abandono en la infancia*. Barcelona: Martínez Roca.
- MELO, E. (1995). A solidão e a violência no crescimento das crianças. *Interacções*, 3, 129 - 134.
- SÁ, E. (1996). A solidão e a violência no crescimento das crianças. *Interacções*, 3, 129 - 134.
- SANTOS, J. (1988). *Se não sabe porque é que pergunta?* Lisboa. Assírio & Alvim.
- SEBASTIÃO, J. (1998). *Crianças de rua. Modos de vida marginais na cidade de Lisboa*. Oeiras. Celta Editora.
- SILVA, L. (1995). Os jovens e a aprendizagem da violência na família: filho de peixe sabe nadar. *Análise Psicológica*, 1,2: 157-162.
- VIDIGAL, M. (1998) Reflectindo sobre a saúde mental infantil. Prevenção de maus tratos, abuso sexual e disfunções comportamentais. *Revista Sinais Vitais*, 20, 41 – 44.